

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15192 - Resumo Expandido - Trabalho - 5ª Reunião Científica Regional da ANPEd Norte (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 20 - Psicologia da Educação

PROCESSOS DE FORMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS EM CONTEXTOS DE DIVERSIDADE

Marli Lúcia Tonatto Zibetti - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

PROCESSOS DE FORMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS EM CONTEXTOS DE DIVERSIDADE

Resumo

O texto tem por objetivo apresentar e discutir elementos que dificultam a formação humana de jovens de baixa renda que passaram a acessar o ensino superior a partir das políticas de incentivo aos estudantes de escola pública. São analisados os dados de três pesquisas realizadas no interior do Programa de Cooperação Acadêmica – PROCAD/Amazônia nas quais foram entrevistados 11 estudantes da graduação de diferentes cursos da Universidade Federal de Rondônia, oriundos de distintos grupos de pertencimento: imigrantes, mulheres negras e pessoas trans. Os resultados indicam que os estudantes são levados a escolher cursos com menor concorrência em função da precariedade da escolarização na educação básica e a evitar cursos de tempo integral pela necessidade de conciliar estudo e trabalho. Evidenciam ainda a importância dos auxílios financeiros para a manutenção desses estudantes na Universidade e denunciam a precariedade dos serviços de transporte e de atendimento aos filhos de mães estudantes. Defende-se a necessidade de ampliação das políticas de apoio e ações mais propositivas, a partir do envolvimento dos próprios estudantes em sua elaboração e gestão, no sentido de superar a histórica exclusão desses jovens do acesso ao conhecimento.

Palavras-Chave: Ensino Superior, Diversidade, Formação Humana.

Introdução

A expansão das matrículas no ensino superior brasileiro a partir da segunda metade dos anos 1990 também representou a ampliação do ingresso de estudantes oriundos das camadas de renda menos favorecidas da população, egressos de escolas públicas que enfrentam dificuldades de várias naturezas para a continuidade de seus estudos.

O ingresso desses jovens, historicamente excluídos do ensino superior nos desafia a compreender como têm sido esses percursos, principalmente quando tomamos em conta o tamanho do nosso país e as especificidades de cada contexto. É nesta direção que foi construída a pesquisa financiada pelo Programa de Cooperação Acadêmica – PROCAD/Amazônia que envolveu a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e Universidade de Brasília (UnB) e que dá origem aos dados que serão analisados neste texto.

Defender o direito à formação humana de qualidade no ensino superior é superar uma dupla exclusão: daqueles que ainda não conseguem ingressar nas instituições educacionais e daqueles que obtendo a vaga não conseguem se manter estudando ou são excluídos do acesso ao conhecimento:

[...] seria uma simplificação, para não dizer uma ilusão, reduzir o objetivo da universalização do direito à educação básica a uma questão de vagas ou de acesso à escola, quando na realidade o desafio maior está dentro da escola, no próprio processo de escolarização, isto é, na necessidade de superação da lógica de exclusão que continua imperando no próprio funcionamento da escola brasileira. (FERRARO; ROSS, 2017, p. 22).

Consideramos com Ferraro e Ross (2017) que o acesso à escolarização, seja ele na educação básica ou no ensino superior não garante em si a formação necessária para o pleno desenvolvimento humano (na direção pretendida por cada sujeito a partir de seu pertencimento) e muito menos para acessar posições menos excludentes na sociedade capitalista. Para discutir a superação da exclusão (real e simbólica) à qual estão submetidos os jovens que estão adentrando pela primeira vez o Ensino Superior de forma a contribuir para a constituição de processos formativos que oportunizem uma experiência de vida humanizadora, recorreremos a Sawaia (2001, p. 98):

Perguntar por sofrimento e por felicidade no estudo da exclusão é superar a concepção de que a preocupação do pobre é unicamente a sobrevivência e que não tem justificativa trabalhar a emoção quando se passa fome. Epistemologicamente, significa colocar no centro das reflexões sobre exclusão, a ideia de humanidade e como temática o sujeito e a maneira como se relaciona com o social (família, trabalho, lazer e sociedade), de forma que, ao falar de exclusão, fala-se de desejo, temporalidade e de afetividade, ao mesmo tempo que de poder, de economia e de direitos sociais.

Ainda segundo Sawaia (2001) o enfrentamento da exclusão precisa ser feito associando-se estratégias de ordem material e jurídica (de responsabilidade do poder público) e estratégias de ordem afetiva e subjetiva que implicam em compreender e apreciar o excluído na sua luta pela cidadania. A autora argumenta que as estratégias de ordem afetiva e subjetiva dependem de cada um de nós, mas é na união das duas dimensões, a material e jurídica e a afetiva e subjetiva que “as políticas públicas se humanizam, capacitando-se para responder aos desejos da alma e do corpo, com sabedoria” (p. 115).

A análise realizada por Vigotski (1995) a respeito do desenvolvimento das funções psíquicas superiores, ressalta a dependência do desenvolvimento psíquico dos indivíduos em relação aos processos educativos. Nesta perspectiva Abrantes e Bulhões (2016, p. 242) afirmam que “[...] o jovem em atividade no mundo deve ser compreendido em sua relação com o processo produtivo e vinculado à necessidade de qualificar sua força de trabalho por meio da atividade de formação profissional.”

Assim, compreender o processo de formação de jovens no ensino superior significa

levar em conta que, tanto a formação quanto a inserção no mundo do trabalho são condicionantes que marcam o momento histórico em que esses sujeitos estão inseridos e, portanto, qualquer análise desse período de desenvolvimento deve levar em conta essas determinações.

A pesquisa

A pesquisa desenvolvida no PROCAD reuniu um banco de dados de produções de Iniciação Científica, dissertações de mestrado e teses de doutorado, todas voltadas à compreensão dos significados atribuídos por jovens estudantes amazônidas às suas trajetórias de escolarização, considerando seus grupos de pertencimento.

Para este texto serviram de base três pesquisas realizadas com estudantes da Universidade Federal de Rondônia oriundos de três distintos grupos: imigrantes, mulheres negras e pessoas trans. As referidas pesquisas foram retomadas aqui com o objetivo de identificar elementos comuns às narrativas dos/as participantes de maneira a evidenciar aspectos que dificultam a formação humana dessas pessoas em seus percursos universitários.

Foram ouvidos, por meio de entrevistas semiestruturadas, cinco imigrantes latino americanos, três mulheres negras e três mulheres trans. Todos/as estavam matriculados/as em diferentes cursos de graduação na Universidade Federal de Rondônia, no campus de Porto Velho, em diferentes períodos, durante a pesquisa.

Alguns dados e discussões

A pesquisa desenvolvida por Santos (2020) com estudantes migrantes latino-americanos, Moura (2022) com pessoas trans e França (2022) com mulheres negras, apontam que, para acessar o ensino superior, esses jovens foram levados a ingressar nos cursos de menor concorrência, abrindo mão de seus projetos iniciais. A precária formação na educação básica se soma à necessidade de trabalhar e às condições decorrentes das desigualdades de gênero. Todo este contexto instala-se como barreira para o acesso a determinados cursos e mesmo para a permanência no ensino superior.

O trabalho de Santos (2020) ainda chama a atenção para a ausência de políticas de acolhimento que apoiem os jovens migrantes nas dificuldades com a língua, com a compreensão das normas de funcionamento da instituição em que estudam, entre outras.

Os estudos mencionados evidenciam a importância dos auxílios fornecidos pela universidade por meio do PNAES (Brasil, 2010) para que os/as estudantes possam se manter no ensino superior e, quando eles deixam de ser fornecidos ou são insuficientes, a luta diária pela sobrevivência impede a continuidade dos estudos.

Outro elemento central apontado pelas pesquisas é o precário transporte público para o acesso à universidade. Os/as participantes das pesquisas de Santos (2020), Moura (2022) e França (2022) são unânimes ao denunciar a insuficiência e as péssimas condições dos ônibus,

penalizando especialmente estudantes que moram em bairros periféricos que dependem de mais de uma condução para chegar à universidade.

As estudantes que são mães citam, além da dificuldade de acesso via transporte público, a ausência de acolhimento aos filhos pequenos enquanto estudam. A falta de creche e a intolerância com a presença das crianças em sala de aula, são questões apontadas pelas estudantes para desistência e/ou troca de curso.

Os esforços necessários para superar essas dificuldades são muito distintos. Para alguns/algumas tornam-se impossíveis e são geradores de sofrimento, adoecimento e desistência. Ou seja, o esforço despendido vai minando as forças dos indivíduos.

Diferentemente dos projetos especiais que atendem coletivos como os cursos específicos para indígenas e camponeses, os estudantes imigrantes ouvidos por Santos (2020), atribuem o acesso ao ensino superior ao esforço pessoal e ao apoio de suas famílias. Ainda vêm a vaga como concessão da universidade e expressam gratidão.

Sem desconsiderar a importância do apoio familiar ao processo de escolarização e ao esforço que fazem para que os filhos estudem, essa percepção não permite uma compreensão mais ampla da exclusão produzida globalmente pelo sistema econômico e desconsidera também a luta coletiva como geradora das poucas oportunidades que se abrem a esses jovens. Isso não contribui para a formação de uma consciência da educação como direito e da necessidade de mudança social e econômica como condição de superação da desigualdade.

A formação universitária como abertura para novas possibilidades de existência, não apenas como oportunidade de trabalho e realização pessoal, mas também como compreensão de suas identidades e de seu lugar no mundo, comparece nos relatos ouvidos durante as pesquisas.

Para vários desses jovens a Universidade se constitui-se como um espaço de assumir-se como pessoa trans, como travesti, como homossexual, como mulher preta, ou como negra, como estudante pobre e trabalhador/a em um movimento de compreensão da própria história, à medida em que compreendem que essa história não é individual, mas é de muitos e muitas.

Considerações finais

Uma vez inseridos nos cursos, as expectativas sobre um desempenho estabelecido como padrão e a distância entre o ponto de partida de cada sujeito em relação a esse padrão, constituem motivo de sofrimento. Sofrimento este que decorre de uma cobrança que recai sobre o sujeito individual e não como resultado das condições anteriores de escolarização. No caso brasileiro, da desigualdade econômica deriva a desigualdade estrutural de oferta da educação que se materializa na divisão entre redes públicas e privadas, entre condições desiguais de escolarização em escolas centrais e escolas periféricas, escolas federais ou estaduais.

Retomamos Sawaia (2001, p. 98-99) para explicar:

É no sujeito que se objetivam as várias formas de exclusão, a qual é vivida como motivação, carência, emoção e necessidade do eu. Mas ele não é uma mônada responsável por sua situação social e capaz de, por si mesmo, superá-la. É o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento não tem a gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente.

Ao falarmos das trajetórias dos estudantes no ensino superior, não podemos descuidar da luta por direitos no âmbito das políticas educacionais necessárias à criação de condições para o ingresso e a manutenção nas instituições, mas também não podemos nos eximir de discutir as ações e atitudes necessárias no dia a dia dessa formação, nas relações cotidianas travadas nesses percursos de formação, que para alguns cursos se estendem por cinco ou seis anos.

A diversidade do público atendido no ensino superior evidencia a necessidade de investimento nas políticas educacionais e no atendimento humanizado a estes coletivos. São necessários um olhar e uma escuta que permitam a produção de atitudes e ações para atender a esses sujeitos nas suas demandas e nas suas necessidades, buscando coletivamente as melhores formas de fazê-lo. Entendemos que são necessárias ações de acolhimento que trabalhem com coletivos ou que estimulem a organização desses coletivos. Essas possibilidades podem ser abertas envolvendo grupos de estudantes que, ao mesmo tempo em que se constituem em espaços de escuta e atendimento às especificidades, também permitam o desenvolvimento da consciência coletiva.

Referências

ABRANTES, A. A.; BULHÕES, L. Idade adulta e o desenvolvimento psíquico na sociedade de classes – Juventude e trabalho. In. MARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**. Campinas: Autores Associados, 2016. p. 241-265

BRASIL. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2010. **Diário Oficial da União**, 20 jul. 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 20 jul. 2022.

FERRARO, Alceu Ravanello; ROSS, Steven Dutt. Diagnóstico da escolarização no Brasil na perspectiva da exclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação** v. 22 n. 71 e227164 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/M6xDfVFpDrghp4D35fwM3Cn/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 24 nov. 2021.

FRANÇA, Jairo Maia. **Às margens do Rio Madeira: mulheres negras na Universidade Federal de Rondônia**. 2022. 115 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2022.

MOURA, Alessia Rodrigues. **Universitárias trans amazônidas: trajetórias de vida e de escolarização**. 2022. 142 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2022.

SANTOS, Maquézia Suzane Furtado dos. **Imigrantes latino-americanos na Amazônia: trajetórias de migração e experiências no ensino superior**. 2020. 138f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho/RO, 2020.

SAWAIA, Bader. O Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. *In*: SAWAIA, Bader (org.) **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 97-118.

VYGOTSKI, L, S. Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. *In*: **Obras escogidas**, tomo III. Madrid: Visor/MEC, 1995. p. 11-340.